NATASHA DO LAGO

**CORRUPÇÃO E EXTRATERRITORIALIDADE:
UMA ANÁLISE DA CONDIÇÃO DE DUPLA INCRIMINAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ORIENTADOR: PROFESSOR ASSOCIADO PIERPAOLO CRUZ BOTTINI

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SÃO PAULO
2017

NATASHA DO LAGO
Nº USP 6488023

**CORRUPÇÃO E EXTRATERRITORIALIDADE:
UMA ANÁLISE DA CONDIÇÃO DE DUPLA INCRIMINAÇÃO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, sob a orientação do Professor Associado Pierpaolo Cruz Bottini.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SÃO PAULO
2017

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Lago, Natasha do

Corrupção e Extraterritorialidade: uma análise da
condição de dupla incriminação / Natasha do Lago ;
orientador Pierpaolo Cruz Bottini -- São Paulo, 2017.
198 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) -
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo,
2017.

1. Corrupção. 2. Extraterritorialidade. 3. Direito
Penal do Espaço. 4. Dupla Incriminação. I. Bottini,
Pierpaolo Cruz, orient. II. Título.

**CORRUPÇÃO E EXTRATERRITORIALIDADE:
UMA ANÁLISE DA CONDIÇÃO DE DUPLA INCRIMINAÇÃO**

NATASHA DO LAGO

BANCA EXAMINADORA:

Primeiro(a) Examinador(a): _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Segundo(a) Examinador(a): _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Terceiro(a) Examinador(a): _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

São Paulo, ____ de _____ de 2017.

LAGO, Natasha do. Corrupção e extraterritorialidade: uma análise da condição de dupla incriminação. 198 folhas. Mestrado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RESUMO

Este trabalho analisa o crime de corrupção praticado em contexto internacional à luz do conceito de dupla incriminação nos casos de extraterritorialidade condicionada, dividindo-se em três partes. A primeira parte trata dos crimes de corrupção passiva, corrupção ativa e corrupção ativa em transação comercial internacional e estuda seus elementos constitutivos. A segunda parte discute os critérios da lei penal no espaço e trata da extraterritorialidade, explicando em que consiste a condição de dupla incriminação. A terceira parte, por fim, analisa hipóteses práticas problematizando a condição de dupla incriminação em situações que envolvem (i) a definição de funcionário público; (ii) os denominados “pagamentos de facilitação”; (iii) a extorsão e a concussão comercial; e (iv) a defesa afirmativa de lei local da Lei Anticorrupção dos Estados Unidos.

Palavras-chave: Corrupção. Corrupção Internacional. Extraterritorialidade. Dupla Incriminação.

LAGO, Natasha do. Corruption and Extraterritoriality: analysis of the double criminality rule. 198 pages. Master. Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2017.

ABSTRACT

This work provides an overview on transnational bribery/corruption laws and the requirement that extraterritorial violations be also considered a crime in the country they take place outside Brazil. The work is divided in three parts. Domestic bribery and transnational bribery are systematically discussed in the first part. The second part analyses both the Brazilian territorial and extraterritorial jurisdiction, explaining that the criminal nature of the fact outside Brazil under local laws broadly considered is a requirement for extraterritorial jurisdiction. Practical issues arising of such requirement are discussed in the third and last part, including the following: (i) public officer definition; (ii) facilitating payments; (iii) commercial extortion; and (iv) FCPA's local law affirmative defence.

Keywords: Corruption. Transnational Corruption. Bribery. Transnational Bribery. Extraterritoriality. Double Criminality.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
FCPA	<i>The Foreign Corrupt Practices Act</i>
LINDB	Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
------------------------	-----------

PARTE I

OS CRIMES DE CORRUPÇÃO

TÍTULO I. A CORRUPÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO	15
--	-----------

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	15
1. HISTÓRICO LEGISLATIVO DA CRIMINALIZAÇÃO.....	19
2.1 O TRADICIONAL CRIME DE CORRUPÇÃO NO DIREITO INTERNO	19
2.2 INTERNACIONALIZAÇÃO DAS FONTES DE PRODUÇÃO NO DIREITO PENAL.....	24
2.2.1 A LEI ANTICORRUPÇÃO NORTE-AMERICANA E A CONVENÇÃO DA OCDE.....	28
2.2.1.1 O CRIME DE CORRUPÇÃO EM TRANSAÇÕES COMERCIAIS INTERNACIONAIS NO BRASIL	34

TÍTULO II. TIPOS PENAIS DE CORRUPÇÃO NO CÓDIGO PENAL	37
---	-----------

1. OS TIPOS DE CORRUPÇÃO INTERNA E CORRUPÇÃO INTERNACIONAL.....	37
2. OS TIPOS DE CORRUPÇÃO INTERNA.....	38
2.1 CORRUPÇÃO PASSIVA.....	38
2.1.1 TIPICIDADE OBJETIVA E SUBJETIVA	38
2.1.1.1 A QUESTÃO DO ATO DE OFÍCIO.....	41
2.1.1.2 O ELEMENTO TÍPICO SUBJETIVO.....	44
2.1.1.3 CAUSA DE AUMENTO DE PENA EM CASO DE RETARDAMENTO, OMISSÃO OU PRÁTICA DE ATO DE OFÍCIO	44
2.1.2 SUJEITO ATIVO	45
2.1.2.1 CAUSA DE AUMENTO DE PENA EM RAZÃO DE CARGO OU FUNÇÃO.....	48
2.1.3 CORRUPÇÃO PASSIVA PRIVILEGIADA	50
2.1.4 CORRUPÇÃO PASSIVA, CONCUSSÃO E EXTORSÃO	51
2.2 CORRUPÇÃO ATIVA.....	57

2.2.1	TIPICIDADE OBJETIVA E SUBJETIVA.....	57
2.2.1.1	O ELEMENTO TÍPICO SUBJETIVO	59
2.2.1.1.1	O ATO DE OFÍCIO NO ELEMENTO TÍPICO SUBJETIVO	60
2.2.1.1.2	CAUSA DE AUMENTO DE PENA EM CASO DE RETARDAMENTO, OMISSÃO OU PRÁTICA DE ATO DE OFÍCIO.....	61
2.2.1.2	A CONDUTA DE “DAR” VANTAGEM INDEVIDA.....	61
2.2.1.3	A CORRUPÇÃO SUBSEQUENTE	64
2.2.1.4	A OFERTA OU PROMESSA DE VANTAGEM INDEVIDA PARA EVITAR ATO INJUSTO	65
2.2.2	SUJEITO ATIVO.....	67
3.	TIPO DE CORRUPÇÃO INTERNACIONAL	67
3.1	CORRUPÇÃO ATIVA EM TRANSAÇÃO COMERCIAL INTERNACIONAL	67
3.1.1	TIPICIDADE OBJETIVA E SUBJETIVA.....	68
3.1.1.1	CONCEITO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO ESTRANGEIRO	71
3.1.1.2	CAUSA DE AUMENTO DE PENA EM CASO DE RETARDAMENTO, OMISSÃO OU PRÁTICA DE ATO DE OFÍCIO	73
3.1.2	SUJEITO ATIVO.....	73
4.	OBJETO DE PROTEÇÃO NOS CRIMES DE CORRUPÇÃO INTERNA E CORRUPÇÃO INTERNACIONAL.....	75
5.	CORRUPÇÃO INTERNA E CORRUPÇÃO INTERNACIONAL: O PROBLEMA DO ALCANCE DA NORMA PENAL	79

PARTE II

LEI PENAL NO ESPAÇO E O PROBLEMA DA DUPLA INCRIMINAÇÃO

TÍTULO I.	ABRANGÊNCIA ESPACIAL DA NORMA PENAL	83
1.	CRITÉRIOS GERAIS	83
1.1	PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE	83
1.2	PRINCÍPIO DA PERSONALIDADE.....	85
1.3	PRINCÍPIO DE DEFESA	85
1.4	PRINCÍPIO DE JUSTIÇA UNIVERSAL.....	86
2.	POSIÇÃO ADOTADA PELO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO	88
2.1	DEFINIÇÃO DE TERRITÓRIO PARA FINS PENALIS	89

2.1.1 DOMÍNIO TERRESTRE	89
2.1.2 DOMÍNIO MARÍTIMO	90
2.1.3 DOMÍNIO AÉREO	95
2.2 DETERMINAÇÃO DO LUGAR DO CRIME	96
2.2.1 TEORIA DA ATIVIDADE	96
2.2.2 TEORIA DO RESULTADO	96
2.2.3 TEORIA DA UBIQUIDADE	97
3. EXCEÇÕES AO PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE	99
3.1 A EXTRATERRITORIALIDADE INCONDICIONADA	100
3.2 A EXTRATERRITORIALIDADE CONDICIONADA	101
3.2.1 CONDIÇÕES PARA APLICAÇÃO EXTRATERRITORIAL DA LEI PENAL BRASILEIRA	103
3.2.1.1 INGRESSO EM TERRITÓRIO NACIONAL	103
3.2.1.2 SER O FATO PUNÍVEL TAMBÉM NO LOCAL EM QUE PRATICADO	104
3.2.1.3 SER O CRIME EXTRADITÁVEL	104
3.2.1.4 AUSÊNCIA DE ABSOLVIÇÃO, DE CUMPRIMENTO DE PENA NO EXTERIOR OU DE EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE POR OUTRAS RAZÕES	105
4. A DIMENSÃO ESPACIAL DA LEI BRASILEIRA NOS CRIMES DE CORRUPÇÃO	106
TÍTULO II. A CONDIÇÃO DE DUPLA INCRIMINAÇÃO	109
1. O MODELO UTILIZADO NA EXTRADIÇÃO	109
1.1 O CONTEÚDO DA CLÁUSULA DE DUPLA INCRIMINAÇÃO NA EXTRADIÇÃO	111
1.1.1 A PREPONDERÂNCIA DA LEI DO LOCAL DO CRIME	114
2. A DUPLA INCRIMINAÇÃO COMO CONDIÇÃO PARA A JURISDIÇÃO	115
2.1 A DEFINIÇÃO DE FATO PUNÍVEL	116
2.1.1 A CONCEPÇÃO CLÁSSICA	118
2.1.1 A CONCEPÇÃO NEOCLÁSSICA	120
2.1.1 A CONCEPÇÃO FINALISTA	122
2.1.3.1 TIPICIDADE, ANTIJURIDICIDADE E CULPABILIDADE NA LÓGICA DO FATO PUNÍVEL	123
2.2 O ALCANCE DA DUPLA INCRIMINAÇÃO ENQUANTO CONDIÇÃO PARA A JURISDIÇÃO	125

PARTE III
A DUPLA INCRIMINAÇÃO NOS CRIMES DE CORRUPÇÃO

1. INTRODUÇÃO AOS PROBLEMAS	131
2. PROBLEMAS ENVOLVENDO A DEFINIÇÃO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO EM DIFERENTES PAÍSES.....	132
2.1 A CORRUPÇÃO DE FUNCIONÁRIO ESTRANGEIRO NO BRASIL	132
2.2 A CORRUPÇÃO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO ESTRANGEIRO NO EXTERIOR	135
2.2.1 FUNCIONÁRIO PÚBLICO ESTRANGEIRO INTERPELADO EM SEU PRÓPRIO PAÍS ...	135
2.2.1.1 O ENQUADRAMENTO EM OUTRA FIGURA PENAL.....	137
2.2.2 FUNCIONÁRIO PÚBLICO ESTRANGEIRO INTERPELADO EM OUTRO PAÍS	139
2.3 A CORRUPÇÃO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO BRASILEIRO NO EXTERIOR.....	140
3. PAGAMENTOS DE FACILITAÇÃO	144
3.1 ORIGEM E DEFINIÇÃO	144
3.2 PAGAMENTOS DE FACILITAÇÃO E EXTRATERRITORIALIDADE	149
3.2.1 O PAGAMENTO DE FACILITAÇÃO EM PAÍS QUE NÃO CONSIDERA ESSA PRÁTICA CRIME.....	150
3.2.1.1 A EXCLUSÃO DO CRIME PELO DIREITO BRASILEIRO EM CASOS DE PAGAMENTO DE FACILITAÇÃO	151
3.2.2 O PAGAMENTO DE FACILITAÇÃO EM PAÍS QUE PUNE INTERNAMENTE ESSA PRÁTICA, MAS PERMITE SUA REALIZAÇÃO QUANDO DESTINADO A AGENTES ESTRANGEIROS	152
4. A EXTORSÃO OU CONCUSSÃO COMERCIAL	154
5. A DEFESA AFIRMATIVA DA LEI ANTICORRUPÇÃO NORTE-AMERICANA	157
5.1 INTRODUÇÃO AO CONCEITO	157
5.1.1 A DEFESA DE LEI LOCAL.....	160
5.1.1.1 A POSIÇÃO DA OCDE	162
5.1.1.1.1 O PROBLEMA DAS PRÁTICAS CONSUETUDINÁRIAS	162
5.1.1.1.1.1 AS PRÁTICAS CONSUETUDINÁRIAS NA CORRUPÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL.....	164
5.1.1.1.2 O ESCOPO DO ARREPENDIMENTO EFICAZ	166
CONCLUSÃO	171
REFERÊNCIAS	179

INTRODUÇÃO

A corrupção é um crime que tem sido objeto de repressão desde os tempos mais remotos, suscitando reações severas que, na época da Lei das XII Tábuas, poderiam levar até mesmo à morte.¹

Passados quase 2.500 anos, as reações continuam comparativamente intensas, levando multidões a acompanhar praticamente em tempo real as respostas do sistema punitivo a escândalos vinculados ao mau uso de funções públicas, certas vezes até de forma não condizente com a presunção constitucional de inocência daqueles que não foram ainda condenados.

Diante da revolta com a apropriação de recursos que deveriam ser utilizados em prol do bem comum, iniciativas supostamente justificadas surgem para estancar comportamentos ilícitos que já se encontram de algum modo punidos pelo direito penal: são propostas para tornar mais altas as penas previstas em lei; endurecer as condições de cumprimento de pena; ou estender a jurisdição de países que se julguem mais preparados para lidar com o fenômeno da corrupção, geralmente pela imposição de vultosas multas punitivas que não costumam reverter para os países de fato prejudicados.

Foi em contexto como esse que se concluiu, cerca de vinte anos atrás, a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“Convenção da OCDE”), incorporada ao direito brasileiro em 30 de novembro de 2000 pelo Decreto n.º 3.678, recomendando a punição de todo aquele que:

(...) intencionalmente oferecer, prometer ou d[e]r qualquer vantagem pecuniária indevida ou de outra natureza, seja diretamente ou por intermediários, a um funcionário público estrangeiro, para esse funcionário ou para terceiros, causando a ação ou a omissão do funcionário no desempenho de suas funções oficiais, com a finalidade de realizar ou dificultar transações ou obter outra vantagem ilícita na condução de negócios internacionais.

¹ GUIMARÃES, Affonso Paulo. *Noções de Direito Romano*. Porto Alegre: Síntese, 1999.

Essa iniciativa internacional rendeu ao Brasil a inclusão do tipo previsto no artigo 337-B do Código Penal.² Crime, no entanto, que segundo análises periódicas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”) apenas deu origem a uma denúncia criminal em mais de dez anos de vigência.³

A baixa incidência de processos por corrupção em transações comerciais internacionais no Brasil não se deve, muito provavelmente, à rara ocorrência do crime em si: além da dificuldade em obter elementos de prova que descortinem práticas criminosas, a tipificação da corrupção internacional oferece outros problemas do ponto de vista prático, já que a lei brasileira apenas se aplica diretamente quando o crime ocorre no Brasil — e a corrupção internacional, como o próprio nome indica, ultrapassa fronteiras. Disciplina substancialmente diferente, por exemplo, da que está prevista na Lei Anticorrupção norte-americana, que autoriza a punição de seus nacionais pelos crimes nela previstos ainda que a conduta ocorra no exterior, estendendo a jurisdição dos Estados Unidos até mesmo para empresas que possuam títulos negociados em bolsa naquele país.⁴

O objetivo desta dissertação de mestrado será analisar o alcance do crime de corrupção internacional nesse cenário, recorrendo à Parte Geral do Código Penal para definir sob que condições poderá incidir a lei brasileira sobre condutas praticadas no exterior, situação classificada pelo legislador como de “extraterritorialidade”. Essa análise ficará limitada à condição de extraterritorialidade que nos parece comportar maior discussão, a de dupla incriminação, que impede a incidência da lei penal caso o fato não seja punível também no país em que praticado.

² “Art. 337-B. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a funcionário público estrangeiro, ou a terceira pessoa, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício relacionado à transação comercial internacional: Pena — reclusão, de 1 (um) a 8 (oito) anos, e multa. Parágrafo único. A pena é aumentada de 1/3 (um terço), se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário público estrangeiro retarda ou omite o ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 31 dez. 2016.

³ *Phase 3 Report on Implementing the OECD Anti-Bribery Convention in Brazil*. [Paris], Oct. 2014. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/anti-bribery/Brazil-Phase-3-Report-EN.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

⁴ *Código Federal dos EUA, Título 15, Capítulo 2-B. Cláusulas Anti-Suborno e sobre Livros e Registros Contábeis da Lei Americana Anti-Corrupção no Exterior. Atualizada até a Lei de Direito Público Pub. L. 105-366 (10 de novembro de 1998)*. Disponível em <<https://www.justice.gov/sites/default/files/criminal-fraud/legacy/2012/11/14/fcpa-portuguese.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

O trabalho será dividido em três partes. A primeira parte tratará do crime de corrupção em si: analisaremos os tipos de corrupção tradicionais e de corrupção internacional para identificarmos as diferenças existentes entre eles.

Na segunda parte, o objetivo será analisar a lei penal no espaço, explicando em que condições se poderia admitir eventual aplicação extraterritorial da lei brasileira aos crimes de corrupção.

A terceira parte, por fim, tratará de discutir a condição de dupla incriminação do artigo 7º, § 2º, “b”, do Código Penal com base na teoria do fato punível, explorando-se hipóteses concretas que poderiam ser resolvidas a partir das conclusões extraídas no curso do trabalho.

CONCLUSÃO

O principal objetivo deste trabalho foi estabelecer uma interpretação técnica para a condição de dupla incriminação no crime de corrupção em vista do conceito de “fato punível”.

Há anos que o crime de corrupção vem ocupando parte significativa das discussões jurídicas e sociológicas na política brasileira. Mais recentemente, o debate assumiu proporções internacionais como resultado da dinamização dos mercados e do aumento da cooperação entre os Estados.

No Brasil, essa nova realidade tem sido explorada de forma ainda tímida, em meio a discursos radicalizados de tolerância zero à corrupção e sem uma cultura jurídica que permita nortear as incursões do direito penal em searas até então desconhecidas.

Como vimos na primeira parte deste estudo, a corrupção como crime contra a Administração Pública se apresenta sob duas variantes no direito penal brasileiro: (i) a *corrupção passiva*, praticada pelo funcionário que solicita, recebe ou aceita promessa de receber vantagem indevida; e (ii) a *corrupção ativa*, praticada pelo particular que interfere com o exercício de funções públicas oferecendo, prometendo ou pagando vantagem indevida.⁴⁷⁰

Desde a aprovação da Lei n.º 10.467, de 11 de junho de 2002, esse segundo tipo se divide em *corrupção ativa simples*, conforme prevista pelo artigo 333 do Código Penal, e *corrupção ativa em transação comercial internacional*, conforme prevista pelo artigo 337-B do Código Penal. Este último tipo decorreu da adesão do Brasil à Convenção da OCDE, aprovada em função de pressões exercidas, sobretudo, pelos Estados Unidos após escândalos que levaram à edição do FCPA no fim da década de 1970, cujo conteúdo era altamente restritivo para empresas norte-americanas.

⁴⁷⁰ O pagamento de vantagem indevida apenas está criminalizado no tipo do artigo 337-B do Código Penal.

A Convenção da OCDE reconheceu a corrupção como fenômeno difundido nas transações comerciais internacionais e afirmou que todos os países compartilhavam a responsabilidade de combatê-la, recomendando a tipificação do crime de corrupção de funcionários públicos estrangeiros.

Com isso, pensava-se que seria, em tese, possível punir comportamentos que não poderiam, até então, ser alcançados pelo direito penal, muito embora a corrupção, em si, já fosse milenarmente considerada crime quando praticada dentro das fronteiras dos países que mais tarde aderiram à Convenção.

A recomendação da OCDE fazia sentido para Estados que possuíam crimes de corrupção mais restritivos e que poderiam, a partir de então, punir a corrupção de funcionários estrangeiros. Entretanto, como se viu no curso desta dissertação, esse pressuposto não era verdadeiro no que dizia respeito ao Brasil.

A *corrupção ativa simples*, genericamente definida no artigo 333 do Código Penal pela conduta de “oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício”, já era tipo abrangente que incluía, na generalidade dos casos,⁴⁷¹ o crime de *corrupção ativa em transação comercial internacional*, de modo que a introdução desse novo tipo não trouxe propriamente nenhuma contribuição do ponto de vista jurídico; apenas deu cumprimento a um compromisso internacional simbólico, desmembrando tipo penal que já existia.

Constatada a inexistência de inovação com o surgimento do crime do artigo 337-B do Código Penal, o objetivo da segunda parte deste estudo foi explicar como o compromisso assumido na Convenção da OCDE já poderia ser alcançado com base nas regras de direito penal no espaço vigentes no Brasil.

A lei penal brasileira, como vimos, apenas incide diretamente sobre crimes cometidos em território nacional, isto é, quando a ação, a omissão ou o resultado se produzem no Brasil ou em territórios equiparados, o que, no caso da corrupção, significa dizer que as condutas de “solicitar”, “receber”, “aceitar promessa”, “oferecer”, “prometer”

⁴⁷¹ A única conduta não abrangida pelo tipo de corrupção ativa simples é “dar vantagem indevida”, o que poderia ter sido resolvido com reforma legislativa mais simples.

ou “dar” devem ocorrer em território nacional ou violar a higidez da Administração Pública brasileira. Isso, como se discutiu, nem sempre acontece nos casos de corrupção internacional envolvendo funcionários públicos estrangeiros.

Crimes cometidos no exterior, por outro lado, submetem-se à lei brasileira em duas hipóteses: (i) quando afetam bens considerados essenciais para o legislador, como a vida ou liberdade do Presidente da República, o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público, a Administração Pública, quando praticada por quem está a seu serviço, e o crime de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil; ou (ii) quando se encontram previstos em tratado ou convenção de que o Brasil seja parte, tenham sido praticados por brasileiros ou em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados.

A primeira hipótese traz os casos considerados de “extraterritorialidade incondicionada”, sendo os crimes punidos segundo a lei brasileira ainda que o agente seja absolvido ou condenado no exterior. É esse o tipo de extraterritorialidade que, como vimos, incidiria no caso do funcionário público brasileiro que se deixasse corromper no exterior. Não existe, aqui, dependência de lei estrangeira: o agente é punido como se o crime houvesse sido praticado no Brasil.

A segunda hipótese é conhecida como “extraterritorialidade condicionada” e, como o próprio nome indica, apenas incide sob determinadas condições. A corrupção ativa — simples ou internacional — se enquadra nessa categoria por força de tratados aos quais o Brasil aderiu, como a própria Convenção da OCDE, estando entre os crimes que por obrigação internacional o Brasil se comprometeu a reprimir.

Como também se explicou no curso desta dissertação, a extraterritorialidade condicionada funciona como uma alternativa à punição do fato no exterior em hipóteses nas quais, como regra, não seja possível ao país estrangeiro exercer sua jurisdição por territorialidade. Ou seja, o Estado que teve sua lei violada passa a ser representado por outro juízo, que, no caso do Brasil, aplicará sua própria lei dentro de determinadas condições.

Entre essas condições é que se encontra a de “dupla incriminação”, que impede a punição da conduta a menos que o fato seja punível também no local em que praticado.

A definição do “fato punível” é o tema central deste trabalho e a mais importante discussão que se buscou realizar.

Por “fato punível”, como se estudou ao tratar das doutrinas clássica, neoclássica e finalista, deve ser entendido o comportamento criminoso não apenas sob o viés da tipicidade, como ocorre com a condição de dupla incriminação da extradição. “Fato punível” é, pelo contrário, conceito multifacetado que inclui variantes como a antijuridicidade e a culpabilidade, traduzindo-se a condição de dupla incriminação, por esse motivo, não apenas em “dupla tipicidade”, mas também em “dupla antijuridicidade” e “dupla culpabilidade”, de modo que a conduta incriminada deve ser avaliada sob essa ótica múltipla para fins de extraterritorialidade.

A extraterritorialidade, como se disse, não serve para legitimar a aplicação indiscriminada da lei brasileira, mas para suprir lacunas de jurisdição por um critério excepcional, permitindo a um juízo que não seria competente pela regra geral de territorialidade punir condutas que reúnam condições mínimas para justificar essa atuação.

A utilização do direito estrangeiro na determinação da dupla incriminação não significará, de todo modo, que o Brasil será obrigado a punir condutas que, eventualmente, não sejam consideradas “crime” pelas regras brasileiras: a lei penal que, em último grau, será aplicada é a brasileira; a determinação do “fato punível” servirá apenas como filtro inicial para decidir quais condutas serão submetidas ao direito penal. Assim, por exemplo, caso, no exterior, seja o adultério considerado crime, no Brasil a conduta continuará atípica e não poderá o suposto infrator responder por tipo inexistente.⁴⁷²

No caso da corrupção, o critério do “fato punível” na condição de dupla incriminação adquire relevância, principalmente, nas situações práticas discutidas pela terceira parte desta dissertação.

⁴⁷² O crime de adultério estava previsto no artigo 240 do Código Penal, revogado pela Lei n.º 11.106, de 28 de março de 2005.

O agente que corrompe um “funcionário público” do país imaginário de Lilliput, por exemplo, apenas pode ser punido caso o funcionário reúna as características exigidas naquele ordenamento para assim defini-lo, com o que restará cumprida a condição de *dupla tipicidade*. Prevalecerá a descrição típica do local da conduta tendo por base a nacionalidade da Administração Pública atingida, isto é, precisará haver “corrupção” segundo o direito lilliputiano para que o Brasil possa aplicar sua lei por extraterritorialidade. Se alguém for considerado funcionário público no Brasil, mas não o for em Lilliput, por exemplo, não haverá crime de corrupção possível por falta de tipicidade lá.

Isso não impede, como também se viu, que o enquadramento seja feito em outro dispositivo substancialmente semelhante ao que se pretenda utilizar no Brasil. É o que ocorreria no caso da corrupção comercial e da concorrência desleal quando o agente corrompido não se qualificasse como “funcionário público”, mas seu comportamento fosse, ainda assim, criminoso, como na entrega ou promessa de “dinheiro ou outra utilidade a empregado de concorrente, para que o empregado, faltando ao dever do emprego, lhe proporcion[ass]e vantagem” (artigo 195, inciso IX, da Lei n.º 9.279, de 14 de maio de 1996).

Já a corrupção do funcionário público estrangeiro no Brasil e a corrupção do funcionário público brasileiro no exterior, como explicamos, não se submeteriam à condição de dupla incriminação por violarem a lei brasileira segundo o princípio da territorialidade, embora os elementos constitutivos do crime pudessem ser analisados com base no direito estrangeiro para fins de integração da norma penal.

Outro ponto que também se estudou foram os denominados “pagamentos de facilitação”. Alguns países, como se viu, excluem a tipicidade do crime quando a vantagem se insere em contexto de menor potencialidade lesiva, como instrumento para garantir a execução de atos de ofício que deveriam ser praticados independentemente de qualquer incentivo e que não envolvam discricionariedade por parte do “corrompido”, como fornecer serviço telefônico, elétrico, de água etc.

Embora atualmente desencorajados no contexto internacional, os pagamentos de facilitação são importantes em casos de extraterritorialidade porque podem eliminar a condição de dupla incriminação necessária para utilizar a lei brasileira, já que excluem a *dupla tipicidade*.

A condição de dupla incriminação da extraterritorialidade condicionada também não seria cumprida caso houvesse causa de exclusão de culpabilidade segundo o direito estrangeiro.

Isso poderia ocorrer, por exemplo, em hipóteses de “coação” a interesses comerciais legítimos. Como se explicou, a concussão ou a extorsão, no Brasil, não se configuram pela simples ameaça a interesses comerciais, de modo que a coação empregada nessa situação não excluiria a culpabilidade sob as regras do direito penal brasileiro.

Como vimos no caso de Frederic Bourke Jr., entretanto, isso é diferente do que ocorre no direito do Azerbaijão, onde são isentados de pena aqueles que oferecem vantagem indevida a funcionário público com o fim de preservar negócios injustamente ameaçados. Embora, nos Estados Unidos, essa previsão não tenha eliminado a responsabilidade penal do corruptor porque a vantagem, em si, continuava “indevida” segundo a Lei Anticorrupção daquele país, o tratamento não poderia ser o mesmo no Brasil em virtude da ausência de *dupla culpabilidade* segundo o artigo 7º, § 2º, alínea “b”, do Código Penal, já que cabe ao país estrangeiro definir quais circunstâncias tornam o comportamento culpável.

Todos esses temas ilustram o conteúdo da condição de dupla incriminação sob o enfoque do fato punível, como “ação típica, antijurídica e culpável”, priorizando os elementos constitutivos do crime segundo o direito estrangeiro para que o juiz brasileiro possa aplicar a lei penal por extraterritorialidade.

A adoção de concepção estreita do fato punível é uma característica, por outro lado, da lei norte-americana, que relega a dupla incriminação a mera defesa a ser utilizada pelo réu. Trata-se da chamada “defesa afirmativa” de lei local que vigora no FCPA.

As defesas de lei local, que também vêm sendo desencorajadas pela OCDE, comportam questões como a incorporação de costumes na definição do fato punível e a admissão do arrependimento eficaz, quando cabíveis. Incorporação e admissão estas possíveis segundo o direito brasileiro, embora de aplicação prática limitada.

A defesa afirmativa de lei local é uma versão norte-americana, e desidratada, da regra de dupla incriminação do artigo 7º, § 2, alínea “b” do Código Penal brasileiro. Isso porque, em comparação com o Brasil, o requisito da dupla incriminação lá aparece como mera possibilidade de defesa, ao invés de como requisito necessário a ser provado pelo Ministério Público. Isso gera incerteza jurídica e possibilidade de incriminação de quem age de boa-fé. Tecnicamente, chega-se, nos Estados Unidos, a esse resultado indesejável pela adoção de uma concepção estreita demais do fato punível, ao contrário do que aqui defendemos, relegando-o à posição de mera defesa. A certeza jurídica é vítima disso, o que, somado ao tradicional julgamento por júri do direito norte-americano, contribui para direito penal negocial, resolvido contratualmente entre Ministério Público e réus, não necessariamente de forma equitativa para os últimos ou construtiva para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO E SILVA, G. E. do; CASELLA, Paulo Borba. *Manual de Direito Internacional Público*. 17ª edição, São Paulo: Saraiva, 2009.

ALENCAR, Carlos Higino Ribeiro; GICO JR., Ivo. “Corrupção e judiciário – a (in)eficácia do sistema judicial no combate à corrupção”. In: BOTTINO, Thiago; MALAN, Diogo (coord.), *Direito penal e economia*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ALSTINE, Michael P. Van. “Treaty Double Jeopardy: The OECD Anti-Bribery Convention and the FCPA”. In: *Ohio State Law Journal*, Vol. 73, n.º 5, 2012.

ANDREAZZA Gastone; PISTORELLI, Luca. “Novità legislative: L. 6 novembre 2012, n. 190 recante ‘Disposizioni per la prevenzione e la repressione della corruzione e dell’illegalità nella pubblica amministrazione’”. In: *Diritto Penale Contemporaneo*, Rel. n. III/11/2012. Disponível em: <<http://www.penalecontemporaneo.it/upload/1353432590RelIII%201112.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2016.

ARGANDOÑA, Antonio. “Corruption and Companies: The Use of Facilitating Payments”. In: *Journal of Business Ethics*, Vol. 60, No. 3, Entrepreneurship and Ethics (Sep., 2005).

ARGENTINA. *Código Penal de la Nación Argentina*. Ley 11.179 (T.O. 1984 actualizado). [Buenos Aires]. Disponível em: <<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/15000-19999/16546/texact.htm#25>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

BADARÓ, Gustavo Henrique; BOTTINI, Pierpaolo Cruz. *Lavagem de dinheiro: aspectos penais e processuais penais: comentários à Lei 12.683/2012*. 2ª edição. São Paulo: Editoria Revista dos Tribunais, 2013.

BAERWALD, Hans H., “Lockheed and Japanese Politics”. In: *Asian Survey*, Vol. 16, No. 9 (Sep., 1976).

BECHARA, Ana Elisa Liberatore Silva; FUZIGER, Rodrigo José. “A política criminal brasileira no controle da corrupção pública”. In: BERDUGO GÓMEZ DE LA TORRE, Ignacio; BECHARA, Ana Elisa Liberatore Silva (coord.), *Estudios sobre la corrupción: una reflexión hispano brasileña*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2013.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal*. Volume V. 3ª edição revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. *Código Penal Comentado*. São Paulo: Saraiva, 2015.

BLAKER, Michael. “Japan 1976: The Year of Lockheed”. In: *Asian Survey*, Vol. 17, No. 1, A Survey of Asia in 1976: Part I (Jan., 1977).

BOTTINI, Pierpaolo Cruz; OLIVEIRA, Ana Carolina Carlos de; PAPA, Douglas de Barros Ibarra; RIBEIRO, Thaísa Bernhardt. “A confusa exegese do princípio da insignificância e sua aplicação pelo STF: análise estatística de julgados”. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo, v. 20, n. 98, set./out. 2012, pp. 117-148.

BRASIL. *Lei de 16 de dezembro de 1830*. Manda executar o Código Criminal. [Rio de Janeiro]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 23 mar. 2015.

BRASIL. *Decreto n.º 847, de 11 de outubro de 1890*. Promulga o Código Penal. [Rio de Janeiro]. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

BRASIL. *Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941*. Código de Processo Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 13 out. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942*. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 9 set. 1942. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n.º 21.713, de 27 de agosto de 1946*. Promulga a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, concluída em Chicago a 7 de dezembro de 1944 e firmado pelo Brasil, em Washington, a 29 de maio de 1945. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 12 set. 1946. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d21713.htm>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n.º 2.889, de 1º de outubro de 1956*. Define e pune o crime de genocídio. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 2 out. 1956. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L2889.htm>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n.º 55.750, de 11 de fevereiro de 1965*. Promulga o Tratado de Extradicação com os Estados Unidos da América e respectivo Protocolo Adicional. Brasília, DF. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=115416>>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n.º 56.435, de 8 de junho de 1965*. Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jun. 1965. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d56435.htm>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 fev. 1967. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980*. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 ago. 1980. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n.º 99.165, de 12 de março de 1990*. Promulga a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 mar. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99165.htm>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n.º 99.263, de 24 de maio de 1990*. Revoga o Decreto nº 99.165, de 12 de março de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 mai. 1990. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99263.htm>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto de 5 de setembro de 1991*. Ressalva os efeitos jurídicos de declarações de interesse social ou de utilidade pública e revoga os decretos que menciona. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 set. 1991. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/Dnn7-05-09-91.htm>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n.º 678, de 6 de novembro de 1992*. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 nov. 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0678.htm>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n.º 8.617, de 4 de janeiro de 1993*. Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 jan. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8617.htm>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n.º 1.530, de 22 de junho de 1995*. Declara a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, concluída em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 jun. 1995. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1530.htm>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995*. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 set. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n.º 9.455, de 7 de abril de 1997*. Define os crimes de tortura e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 abr. 1997. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9455.htm>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998*. Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras -

COAF, e dá outras providências.. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 mar. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9613.htm>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n.º 3.678, de 30 de novembro de 2000*. Promulga a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, concluída em Paris, em 17 de dezembro de 1997. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 dez. 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3678.htm>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n.º 5.015, de 12 de março de 2004*. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 mar. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5015.htm>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. *Decreto n.º 5.687, de 31 de janeiro de 2006*. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas em 31 de outubro de 2003 e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 fev. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5687.htm>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013*. Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 ago. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112846.htm>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n.º 12.850, de 2 de agosto de 2013*. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 ago. 2013. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm>. Acesso em: 31 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE: O histórico da OCDE e a recente aproximação entre o Brasil e o organismo internacional*. Disponível em: <<http://www.sain.fazenda.gov.br/assuntos/politicas-institucionais-economico-financeiras-e-cooperacao-internacional/ocde>>. Acesso em: 7 fev. 2016.

BRASIL. Ministério Público Federal. Brasília, DF. 5ª Câmara de Coordenação e Revisão – Combate à Corrupção. *Nota Técnica n.º 01/2016*. 10 jan. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Pedido de Extradicação n.º 595*, do Tribunal Pleno. Brasília, DF, D.J. 18 mar. 1994.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas corpus n.º 78.280*, da Primeira Turma. Brasília, DF, D.J.E. 19 mar. 1999.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Pedido de Extradicação n.º 662*, do Tribunal Pleno. Brasília, DF, D.J. 13 jun. 2003.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas corpus n.º 112.388*, da Segunda Turma. Brasília, DF, D.J.E. 14 set. 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Penal n.º 470*. Tribunal Pleno. Brasília, DF, D.J.E. 17 dez. 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Embargos Infringentes na Ação Penal n.º 470*. Tribunal Pleno. Brasília, DF, D.J.E. 21 ago. 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Habeas corpus n.º 30.832*, da Quinta Turma. Brasília, DF, D.J.E. 19 abr. 2004.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso especial n.º 440.106*, da Sexta Turma. Brasília, DF, D.J.E. 9 out. 2006.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Ação Penal n.º 626*, da Corte Especial. Brasília, DF, D.J.E. 6 mar. 2012.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Agravo Regimental em Agravo n.º 1.372.909*, da Quinta Turma. Brasília, DF, D.J.E. 24 abr. 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Habeas corpus n.º 201100425982*, da Quinta Turma. Brasília, DF, D.J.E. 24 abr. 2013.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Ação Penal n.º 685*, da Corte Especial. Brasília, DF, D.J.E. 14 mar. 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial n.º 906.185*, da Sexta Turma. Brasília, DF, D.J.E. 22 ago. 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso especial n.º 1.385.916*, da Sexta Turma. Brasília, DF, D.J.E. 4 set. 2014.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Habeas corpus n.º 200600341085*, da Sexta Turma. Brasília, DF, D.J.E. 3 out. 2014.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. *Apelação Criminal n.º 1.0697.07.003103-7/001*, da Primeira Câmara Criminal. Belo Horizonte, MG, D.J.E. 30 mai. 2014.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da Primeira Região. *Apelação Criminal n.º 2007.38.13.003729-7*, da Terceira Turma. Brasília, DF, D.J.E. 28 nov. 2014.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da Segunda Região. *Habeas corpus n.º 2009.02.01.010907-8*, da Primeira Turma Especializada. Rio de Janeiro, RJ, D.J.E. 7 jun. 2010.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da Segunda Região. *Embargos Infringentes e de Nulidade n.º 201251610003549*, da Primeira Seção Especializada. Rio de Janeiro, RJ, D.J.E. 7 ago. 2014.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da Terceira Região. *Apelação criminal n.º 2004.03.00.007088-1*, da Segunda Turma. São Paulo, SP, D.J.E. 16 abr. 2004.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da Terceira Região. *Apelação criminal n.º 00076809319994036000*, da Quinta Turma. São Paulo, SP, D.J.E. 17 fev. 2011.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da Terceira Região. *Apelação criminal n.º 00065338520104036181*, da Décima Primeira Turma. São Paulo, SP, D.J.E. 6 set. 2016.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da Quarta Região. *Apelação criminal n.º 200071110004946*, da Sétima Turma. Porto Alegre, RS, D.J.E. 17 mai. 2006.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da Quarta Região. *Apelação criminal n.º 200104010688485*, da Oitava Turma. Porto Alegre, RS, D.J.E. 14 abr. 2014.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da Quinta Região. *Ação Penal n.º 200984010009054*, do Tribunal Pleno. Recife, PE, D.J.E. 2 abr. 2013.

BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n.º 86, de 8 de fevereiro de 2007. Dá nova redação ao art. 333 do Decreto-Lei n.º 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1304066&filename=PL+510/2015>. Acesso em: 7 fev. 2016.

BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n.º 510, de 26 de fevereiro de 2015. Dá nova redação ao art. 333 do Decreto-Lei n.º 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5AFEf19088F5AC5E6AE9D9021291C2B6.proposicoesWeb1?codteor=434476&filename=Tramitacao-PL+86/2007>. Acesso em: 7 fev. 2016.

BRUNO, Aníbal. *Direito Penal, Parte Geral*, Tomo I, 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora Forense, 1959.

CAMARGO, Beatriz Corrêa. “Instrumentos internacionais no combate à corrupção. Transformações e harmonização do Direito Penal Brasileiro. Considerações sobre os crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira”. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 19, n. 89, mar./abr. 2011.

CANTARELLI, Margarida. *Direito Penal Internacional e a Aplicação da Lei Penal no Espaço*. In: *Caderno de Relações Internacionais*, vol. 7, nº 12, jan-jul. 2016, pp. 107-141.

CARVALHO, Américo A. Taipa. “A eficácia espacial da lei penal”. In: CARVALHO, Américo A. Taipa de. *Direito Penal: parte geral: questões fundamentais, teoria geral do crime*, Coimbra: Coimbra Editora, 2008.

CARTIER, Marie Elisabeth; MAURO, Cristina. “La loi relative à la lutte contre la corruption des fonctionnaires étrangers”. In: *Revue de Science Criminelle et de Droit Pénal Comparé*, Paris, n. 4, out./dez. 2000.

CASOLATO, Roberto Wagner Battochio. “A doutrina, a jurisprudência e o art. 327, do Código Penal. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 6, n. 22, abr./jun. 1998, pp. 89-104.

CECCHI, Orfeo. *Il reato formale*. In: “Annali di Diritto e Procedura Penale”, Torino, v. 2, p. 245-262, 1933.

CHAVES, Anna Cecília Santos. *A Corrupção Privada no Brasil*. Revista Jurídica ESMP-SP, V.4, 2013, pp. 231-260.

CHILD RIGHTS INTERNATIONAL NETWORK. London. Disponível em: <<https://www.crin.org/en/home/ages>>. Acesso em: 31 jul. 2016.

CHOUKR, Fauzi Hassan. “Droit brésilien”. In: CASSESE, Antonio; DELMAS-MARTY, Mireille. *Jurisdictions nationales et crimes internationaux*, Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo Cintra; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria Geral do Processo*, 30ª edição, São Paulo: Malheiros, 2014.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. *Programa de integridade: diretrizes para empresas privadas*. Brasília, DF, set. 2015. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/etica-e-integridade/arquivos/programa-de-integridade-diretrizes-para-empresas-privadas.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

CORDERO, Isidoro Blanco. *El delito de blanqueo de capitales*. Pamplona: Arazandi, 1997.

_____. “La corrupción desde una perspectiva criminológica: un estudio de sus causas desde las teorías de las actividades rutinarias y de la elección racional”. In: PÉREZ ÁLVAREZ, Fernando (ed.), *Serta: in memoriam Alexandri Baratta*, Salamanca: CISE/Universidad Salamanca, 2004.

COSTA, Helena Regina Lobo da. “Corrupção na história do Brasil: reflexões sobre suas origens no período colonial”. In: DEL DEBBIO, Alessandra; MAEDA, Bruno Carneiro; AYRES, Carlos Henrique da Silva (coord.), *Temas de anticorrupção e compliance*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

COSTA E SILVA, A. J. da. *Código Penal*, São Paulo, 1943.

CUTLER, Lloyd N. “Watergate, International Style”. In: *Foreign Policy*, No. 24 (Autumn, 1976).

DELMANTO, Celso; DELMANTO, Roberto; DELMANTO JUNIOR, Roberto; ALMEIDA DELMANTO, Fabio M. de. *Código Penal comentado*, 8ª edição revista, atualizada e ampliada, São Paulo: Saraiva, 2010.

DEMETRIO CRESPO, Eduardo. “Consideraciones sobre la corrupción y los delitos contra la administración pública”. In: *Pensamiento penal y criminológico: revista de derecho penal integrado*, Córdoba, v. 4, n. 7, 2003.

DEMO, Roberto Luís Luchi. “A jurisdição penal brasileira. Desenho em relação ao espaço e às pessoas. Concorrência de jurisdições nacional e estrangeira. Consequências de sua ausência ou deficiência”. In: *Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos*, Bauru, v. 40, n.º 45, jan./jun 2006.

DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito Penal: Parte Geral*. Tomo I. Coimbra Editora, 2004.

DÍAZ-MAROTO Y VILLAREJO, Julio. “La corrupción en las transacciones comerciales internacionales”. In: DÍAZ-MAROTO Y VILLAREJO, Julio; RODRÍGUEZ MOURULLO, Gonzalo (apres.), *Estudios sobre las reformas del código penal: operadas por las LO 5/2010, de 22 de junio, y 3/2011, de 28 de enero*, Navarra: Civitas, 2011.

DOTTI, René Ariel. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. Rio de Janeiro: Forense, 2001

_____. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 4ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

_____. *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 5ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

ELLIS, Matteson. *Como os Países da América Latina Definem o Termo ‘Funcionário Público’*. Disponível em: <<http://fcpamericas.com/portuguese/como-os-paises-da-america-latina-definem-termo-funcionario-publico/#>>. Acesso em: 12 out. 2016.

ENGISCH, Karl. *La idea de concreción en el derecho y en la ciencia jurídica actuales*. Tradução de Juan Jorge Gil Cremades. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1968.

ESPANHA. *Código Penal y legislación complementaria*. Edición actualizada a 3 de noviembre de 2016. Disponível em: <https://boe.es/legislacion/codigos/codigo.php?id=038_Codigo_Penal_y_legislacion_complementaria&modo=1>. Acesso em 31 dez. 2016.

ESTADOS UNIDOS. *Código Federal dos EUA*. Título 15, Capítulo 2-B. Cláusulas Anti-Suborno e sobre Livros e Registros Contábeis da Lei Americana Anti-Corrupção no Exterior. Atualizada até a Lei de Direito Público Pub. L. 105-366 (10 de novembro de 1998). Disponível em <<https://www.justice.gov/sites/default/files/criminal-fraud/legacy/2012/11/14/fcpa-portuguese.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

ESTADOS UNIDOS. Department of Justice. *Odebrecht and Braskem Plead Guilty and Agree to Pay at Least \$3.5 Billion in Global Penalties to Resolve Largest Foreign Bribery Case in History*. 21 Dec. 2016. Disponível em: <<https://www.justice.gov/opa/pr/odebrecht-and-braskem-plead-guilty-and-agree-pay-least-35-billion-global-penalties-resolve>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

ESTADOS UNIDOS. The Criminal Division of the U.S. Department of Justice and the Enforcement Division of the U.S. Securities and Exchange Commission. *A Resource Guide to the U.S. Foreign Corrupt Practices Act*. [United States] 14 Nov. 2012. Disponível em: <<https://www.justice.gov/sites/default/files/criminal-fraud/legacy/2015/01/16/guide.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

FAYARD, Marie-Claude. “La localisation internationale de l’infraction: étude de jurisprudence”. In: *Revue de Science Criminelle et de Droit Pénal Comparé*, Paris, n.º 4, out./dez. 1968.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio de. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. 2ª edição, revista e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI*. São Paulo: Editora Positivo, 2004. Versão 5.11.

FERREIRA, Sérgio de Andréa. *Empresas estatais, paraestatais e particulares com participação pública*. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/comissao_jur/arquivos/textos/090401_empPubl_profSergio.pdf>. Acesso em 2 abr. 2015.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lições de direito penal, parte especial: arts. 213 a 359 CP*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 1981.

_____. *Lições de Direito Penal: a nova parte geral*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1985.

GAMBARDELLA, Marco. *Dall'atto alla funzione pubblica: la metamorfosi legislativa della corruzione "impropria"*. Archivio Penale, gennaio–aprile, 2013, fascicolo 1, anno LXV, ISBN 978-88-548-5258-7, DOI 10.4399/97888548525872, pp. 22-23. Disponível em: <<http://www.archiviopenale.it/apw/wp-content/uploads/2013/06/Gambardella.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2016.

GAROFOLI, Roberto. *La nuova disciplina dei reati contro la P.A.*. Editore Luca Santa Maria, Direttore Responsabile Francesco Viganò, 2010-2012, Diritto Penale Contemporaneo, p. 10. Disponível em: <<http://www.penalecontemporaneo.it/upload/1358231807Garofoli%20corruzione.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2016.

GOLDWAG, Celia. “The Constitutionality of Affirmative Defenses after *Patterson v. New York*”. In: *Columbia Law Review*, Vol. 78, No. 3 (Apr., 1978), pp. 655-678.

GOMES JUNIOR, João Florêncio de Salles. “O crime de concussão e sua distinção dos crimes de extorsão e corrupção passiva no direito penal brasileiro”. In: *Estudos em homenagem a Vicente Greco Filho* (org. Renato de Mello Jorge Silveira e João Daniel Rassi). São Paulo: LiberArs, 2014, pp. 271-284.

GUIMARÃES, Affonso Paulo. *Noções de Direito Romano*. Porto Alegre: Síntese, 1999.

HOMERO. *Odisseia*. Tradução de Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 2006.

HONG KONG. *Independent Commission Against Corruption (ICAC)*. Disponível em: <<http://www.icac.org.hk/en/home/index.html>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

HUDSON, Manley O. “The Factor Case and Double Criminality in Extradition.” In: *The American Journal of International Law* 28, no. 2 (1934): 274-306.

HUNGRIA, Nélson; FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Comentários ao Código Penal*, Volume I, Tomo I, 6ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 1980.

IRELAND-PIPER, Danielle, “Extraterritorial criminal jurisdiction: does the long arm of the Law undermine the rule of law?” In: *Melbourne Journal of International Law*, vol. 13, 2012, pp. 122-157.

ITÁLIA. *Codice Penale*. Disponível em: <<http://www.diritto.it/codici/2>>. Acesso em: 31 dez. 2016.

JAPÃO. National Public Service Ethics Board. *Rules to Maintain Ethics of National Public Service Officials*. Disponível em: <<http://www.jinji.go.jp/rinri/eng/rule.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

JAPIASSÚ, Carlos Eduardo Adriano. “A corrupção em uma perspectiva internacional”. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 15, n. 64, jan./fev. 2007.

JESCHECK, Hans-Heinrich. “O objeto do direito penal internacional e sua mais recente evolução”. In: *Revista de Direito Penal*, Rio de Janeiro, n. 6, abr./jun. 1972.

JORDAN, Jon. “The OECD's Call for an End to ‘Corrosive’ Facilitation Payments and the International Focus on the Facilitation Payments Exception Under the Foreign Corrupt Practices Act”. In: *University of Pennsylvania Journal of Business Law*. Summer, 2011. 13 U. Pa. J. Bus. L. 881.

KAIKATI, Jack G.; LABEL, Wayne A.. “American Bribery Legislation: An Obstacle to International Marketing”. In: *Journal of Marketing*, Vol. 44, No. 4 (Autumn, 1980).

KUYVEN, Fernando. “Aplicação ultraterritorial da Lei Anticorrupção”. In: *Revista de Direito Empresarial*, v. 4, 2014, p. 263-280.

LAGO, Natasha do. “Lei que tipifica organização criminosa não elimina incertezas”. In: *Consultor Jurídico*, 20 mar. 2014, disponível em <<http://www.conjur.com.br/2014-mar-20/natasha-lago-lei-tipifica-organizacao-criminosa-nao-elimina-incertezas>>, último acesso em 13 de junho de 2016

LARENZ, Karl. *Metodologia de la ciencia del derecho*. Tradução de Enrique Gimbernat Ordeig. Barcelona: Ediciones Ariel, 1966.

LASCANO, Carlos Julio. “El cohecho de funcionarios públicos extranjeros en las transacciones comerciales internacionales”. In: *Pensamiento Penal y Criminológico: Revista de Derecho Penal integrado*, Córdoba, v. 4, n. 6, 2003.

LEWIS, Alfred E. “5 Held in Plot to Bug Democrat’s Office Here”. In: *Washington Post*. 18 Jun. 1972. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2002/05/31/AR2005111001227.html>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

LINDGREN, James. “The Theory, History, and Practice of the Bribery-Extortion Distinction”. In: *University of Pennsylvania Law Review*, Vol. 141, No. 5 (May, 1993), pp. 1695-1740.

LOMBROSO, Cesare. *O homem delinquente*. Trad. Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2013.

MACHADO, Maíra Rocha. *Internacionalização do Direito Penal: a gestão de problemas internacionais por meio do crime e da pena*. São Paulo: Editora 34/Edesp, 2004.

MAGGIORE, Giuseppe. *Derecho Penal*. Vol. I. Bogotá: Editorial Temis, 1971.

MAHMOUD, Mohamed Ale Hasan. *Direito Penal Marítimo: zona econômica exclusiva, soberania e extraterritorialidade*, São Paulo: Saraiva, 2010.

MARTINEZ, Ana Paula. “Jurisdição extraterritorial em direito da concorrência: balanço e perspectivas”. In: *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 101, pp. 1047-1075, jan. 2006. ISSN 2318-8235. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67733>>. Acesso em: 30 dez. 2015.

MAURI, Miriam Cugat. “La corrupción en las transacciones comerciales internacionales”. In: GARCÍA ARÁN, Mercedes (dir.), *El fenómeno de la internacionalización de la delincuencia económica*, Madrid: Consejo General del Poder Judicial, 2005.

MARQUES, José Frederico, *Tratado de Direito Penal*, Volume I, São Paulo: Saraiva, 1964.

MÉNDEZ, Juan E.; MARIEZCURRENA, Javier. “Sistema interamericano, impunidad y jurisdicción universal: el caso Pinochet”. In: *Más derecho?: Revista de ciencias jurídicas*, Buenos Aires, n.º 1, 2000.

MILLIET-EINBINDER, Martine. *The tax deductibility of bribes is a practice which the Convention has made easier to abolish*. Disponível em: <http://www.oecdobserver.org/news/printpage.php/aid/245/Writing_off_tax_deductibility_.html>. Acesso em: 11 mai. 2015.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil: Parte Geral*. 5ª edição. São Paulo: Saraiva, 1966.

NIETO MARTÍN, Adán. “La corrupción en el comercio internacional: o de cómo la americanización del derecho penal puede tener de vez en cuando algún efecto positivo”. In: *Revista Penal*, Valencia, n. 12, jul., 2003.

NORONHA, E. Magalhães. *Direito Penal*. Volume IV. São Paulo: Saraiva, 1971.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Direito Penal*. 7ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

OLIVEIRA, Edmundo. “A sociologia da corrupção”. In: *Ciência penal: coletânea de estudos: homenagem a Alcides Munhoz Netto*, Curitiba: JM, 1999.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Commentaries on the Convention on Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions*. 21 Nov. 1997. Disponível em: <http://www.oecd.org/daf/anti-bribery/ConvCombatBribery_ENG.pdf>. Acesso em: 16 out. 2016.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Recommendation of the Council for Further Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions*. 26 Nov. 2009. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/anti-bribery/44176910.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2016.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Brazil: Phase 1: Review of Implementation of the Convention and 1997 Recommendation*. 31 Aug. 2004. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/anti-bribery/anti-briberyconvention/33742137.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). *Phase 3 Report on Implementing the OECD Anti-Bribery Convention in Brazil*. [Paris], Oct. 2014. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/anti-bribery/Brazil-Phase-3-Report-EN.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *ONU alerta para aumento acentuado de violações dos direitos humanos em todo o Oriente Médio*. 13 mai. 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-alerta-para-aumento-acentuado-de-violacoes-aos-direitos-humanos-em-todo-o-orient-medio/>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

ORTIZ, Mariana Tranchesi. *Concurso de agentes nos delitos especiais*. São Paulo: IBCCRIM, 2011.

PACELLI, Eugênio; CALLEGARI, André. *Manual de Direito Penal*. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2016.

PAZ, Miguel Ángel Nuñez. “La corrupción en el ámbito de las transacciones comerciales”. In: DIEGO DÍAZ-SANTOS, Maria Rosario; FABIÁN CAPARRÓS, Eduardo A., *El sistema penal frente a los retos de la nueva sociedad*, Madrid: Colex, 2003.

PEREIRA, Paulo Cyrillo. “Funcionário público: titularidade passiva nos crimes contra a administração pública”. In: *Justitia*, São Paulo, v. 53, n. 153, jan./mar. 1991, pp. 21-24.

PETROBRAS. *O Guia de Recebimento e Oferecimento de Presentes, Brindes, Hospitalidade e Contrapartidas de Patrocínio da Petrobras*. [Rio de Janeiro], jan. 2015. Disponível em: <<http://sites.petrobras.com.br/CanalFornecedor/portugues/pdf/Guia-Recebimento-Oferecimento-Presentes-Brindes-Hospitalidade-Contrapartidas.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal Brasileiro*. Volume II. 2ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

PIERANGELI, José Henrique; ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Manual de Direito Penal Brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.

_____. *Manual de direito penal brasileiro*. 9ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

POMBO, Bárbara. “Ação contra Petrobras nos EUA deverá ter desfecho antes que STF julgue Lava Jato”. In: *Jota*. 21 mar. 2016. Disponível em: <<http://jota.info/justica/acao-contra-petrobras-nos-eua-tera-desfecho-antes-que-stf-julgue-lava-jato-21032016>>. Acesso em: 1 jan. 2017.

PORTUGAL. *Ordenações Filipinas*. Livro 5, Título 71. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5p1218.htm>>. Acesso em 23 mar. 2015.

PRADO, Luiz Regis. “O bem jurídico tutelado nos novos delitos de corrupção e de tráfico de influência internacional”. In: *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v. 10, n. 119, out. 2002.

_____. *Tratado de direito penal brasileiro: parte especial: volume 7, arts. 312 a 359-H*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

RAMOS, André de Carvalho. *Teoria Geral dos Direitos Humanos na ordem internacional*. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2013.

RANGEL, Paulo. *A coisa julgada no processo penal brasileiro como instrumento de garantia*. São Paulo: Atlas, 2012.

REALE JÚNIOR, Miguel Reale Júnior. *Instituições de Direito Penal, Parte Geral, Volume I*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2006.

REINO UNIDO. *Extradition Act 1989, Chapter 33*. Londres. Disponível em: <http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1989/33/pdfs/ukpga_19890033_en.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2016.

ROCHA, Luiz Otávio de Oliveira. “A vigência da lei penal no espaço: efeitos da globalização”. In: SARTORI, Ivan Ricardo Garisio (org.). *Estudos de direito penal: aspectos práticos e polêmicos*, Rio de Janeiro: Forense, 2004.

ROLO, Tanya. “Retaking the helm against international bribery: the facilitating payments exception and sovereign dominance”. In: *Fordham International Law Journal*. November, 2012. 35 Fordham Int'l L.J. 1884.

ROSAL, Juan Del. *Tratado de Derecho Penal Español*. Parte General, Vol. I. 2ª edición revisada y corregida por Manuel Cobo. Madrid, 1967.

ROXIN, Claus. *Derecho Penal: Parte General*. Tomo I. Traducción de la 2ª edición alemana y notas por Diego-Manuel Luzón Peña, Miguel Díaz y García Conlledo y Javier de Vicente Remesal. Editorial Civitas, 1997.

SACERDOTI, Giorgio. “La Convenzione OCSE del 1997 sulla lotta contro la corruzione dei pubblici ufficiali stranieri nelle transazioni commerciali internazionali”. In: *Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale*, Milano, v. 41, 1998.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. “Breves anotações sobre os crimes de corrupção passiva e corrupção privada na legislação penal espanhola”. In: *Livro Homenagem a Miguel Reale Júnior* (org. Janaína Conceição Paschoal e Renato Mello Jorge Silveira. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2014, pp. 1-16.

SANTOS, Juarez Cirino dos. *Direito Penal: Parte Geral*. 3ª edição. Lumen Juris, 2008.

SCHILLING, Flávia. “A luta contra a corrupção e a construção da democracia: perspectivas de análise”. In: *Revista do ILANUD*, São Paulo, n.º 8, 1998.

SCHUTTE, Julian J. E.. “O direito público e a competência territorial em matéria penal”. In: *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Coimbra, v. 3, n.º 1, jan./mar. 1993.

SEIGEL, Michael. “Prosecution of public corruption in the United States”. In: DEL DEBBIO, Alessandra; MAEDA, Bruno Carneiro; AYRES, Carlos Henrique da Silva (Coord.), *Temas de anticorrupção & compliance*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SEMINARA, Sergio. “Gli interessi tutelati nei reati di corruzione”. In: *Rivista Italiana di Diritto e Procedura Penale*, Milano, n.º 36, 1993.

SHEAHEN, Kyle P. “I’m not going to Disneyland: illusory affirmative defenses under The Foreign Corrupt Practices Act”. In: *Wisconsin International Law Journal*. Fall, 2010. 28 Wis. Int’l L.J. 464.

SILVA, Anamara Osório. *Dupla incriminação no direito internacional contemporâneo: análise sob a perspectiva do processo de extradição*. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p. 29. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-20022015-074810/>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

_____. *Dupla incriminação no direito internacional contemporâneo: análise sob a perspectiva do processo de extradição*. Belo Horizonte: Del Rey, 2016.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, 34ª edição. São Paulo: Editora Malheiros, 2010.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge; SAAD-DINIZ, Eduardo. *Compliance, Direito Penal e Lei Anticorrupção*. São Paulo: Saraiva, 2015.

SIQUEIRA, Galdino. *Tratado de Direito Penal, Parte Geral*, Tomo I, 2ª edição revista e atualizada, Rio de Janeiro: José Konfino, 1950.

SIQUEIRA, Geraldo Batista de. “Da competência pelo lugar da infração – crimes plurilocais e crimes à distância”. In: *Justitia*, São Paulo, v. 50, n. 144, out./dez. 1988, pp. 70-84.

SOLOMON, Lewis D.; LINVILLE, Leslie G.. *Transnational Conduct of American Multinational Corporations: Questionable Payments Abroad*, 7 B.C.L. Rev. 303 (1976). Disponível em: <<http://lawdigitalcommons.bc.edu/bclr/vol17/iss3/1>>. Acesso em: 1 mai. 2015.

SPAHN, Elizabeth K. “Local Law Provisions under the OECD Anti-Bribery Convention”. In: *Syracuse Journal of International Law & Commerce*. Spring, 2012. 39 Syracuse J. Int'l L. & Com. 249.

STRAUSS, Emily N. “Easing out the FCPA facilitation payment exception”. In: *Boston University Law Review*. January, 2013. 93 B.U.L. Rev. 235.

SWART, Bert. “La place des critères traditionnels de compétence dans la poursuit des crimes internationaux”. In: CASSESE, Antonio; DELMAS-MARTY, Mireille, *Jurisdictions nationales et crimes internationaux*, Paris: Presses Universitaires de France, 2002.

SWIFT, Jonathan. *Gulliver's Travels*. 1ª edição publicada em 1726. Grã-Bretanha: Penguin, 2010.

THE THREE TWELVE GROUP. *The FCPA: Prohibited Conduct Under the Anti-Bribery Provisions*. Disponível em: <<http://thethreetwelvegroup.com/2016/04/28/the-fcpa-prohibited-conduct-under-the-anti-bribery-provisions/>>. Acesso em: 16 out. 2016.

TOLEDO, Francisco de Assis. *Princípios Básicos de Direito Penal*. 5ª edição. São Paulo: Saraiva, 1994.

TRICOT, Juliette. “La corruption internationale”. In: *Revue de Science Criminelle et de Droit Pénal Comparé*, Paris, n. 4, out./dez. 2005.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. *Model Treaty on Extradition*. 12 Dec. 1997. Disponível em: <https://www.unodc.org/pdf/model_treaty_extradition.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2016.

VALLEJO, Manuel Jaén. *Aplicación extraterritorial del derecho penal: ¿principio de universalidad?* 1ª edição. Buenos Aires: Fabián J. Di Plácido Editor, 2007.

WARIN, F. Joseph; DIAMANT, Michael S.; PFENNING, Jill M.. “FCPA Compliance in China and the Gifts and Hospitality Challenge”. In: *Virginia Law & Business Review*. Spring, 2010. 5 Va. L. & Bus. Rev. 33.

WELZEL, Hans. *O novo sistema jurídico-penal: uma introdução à doutrina da ação finalista*. Tradução, prefácio e notas de Luiz Regis Prado. São Paulo: RT, 2001.

WILLIAMS, Sharon A.. “The double criminality rule and extradition: a comparative analysis”. In: *Nova Law Review* 15.2 (1991): 581-624.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Manual de Derecho Penal: Parte General*. 5ª edição. Buenos Aires: Ediar, 1986.

ZIPPIN FILHO, Dálio. “A extraterritorialidade do crime e a eficácia da lei brasileira”. In: *Revista do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária*, Brasília, n.º 18, jan./jun. 2005.